

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI**  
**Atos do Prefeito**
**DECRETO Nº 13.998/2021**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 3565/2020, de 30 de dezembro de 2020.

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 5.552.088,72 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, oitenta e oito reais e setenta e dois centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso I e III, do § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 22 de abril de 2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 22 DE ABRIL DE 2021.**

**AXEL GRAEL- PREFEITO**

**ANEXO AO DECRETO Nº 13.998/2021**
**CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

ÓRGÃO/UNIDADE		PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
10.51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZACAO E SANEAMENTO	15.451.0010.3011	449051	138	1.613.291,94	-
10.52	NITEROI EMPRESA DE LAZER E TURISMO - NELTUR	04.122.0145.4191	339039	138	35.999,14	-
12.01	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	04.122.0145.4191	339039	138	11.013,20	-
16.72	FUNDO MUNICIPAL PARA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	08.244.0027.4125	339039	138	685.075,20	-
20.43	FUNDACAO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME	12.122.0145.4191	339030	138	21.000,00	-
20.43	FUNDACAO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME	12.122.0145.4191	339039	138	1.100.000,00	-
20.43	FUNDACAO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME	12.122.0145.4191	339039	100	653.481,00	-
20.43	FUNDACAO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME	12.361.0135.4070	339039	205	568.750,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0148.7777	339030	207	190.000,00	-
41.41	FUNDACAO DE ARTE DE NITEROI - FAN	04.122.0145.4191	339039	202	500.000,00	-
42.01	SEC MUN MEIO AMB, REC. HÍDRICOS E SUSTENTABILIDADE	04.122.0145.4191	339039	502	173.478,24	-
10.51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZACAO E SANEAMENTO	04.122.0010.3006	339039	138	-	1.000.000,00
10.51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZACAO E SANEAMENTO	15.451.0010.3015	449051	138	-	613.291,94
10.52	NITEROI EMPRESA DE LAZER E TURISMO - NELTUR	04.122.0145.4191	449052	138	-	35.999,14
12.01	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	04.122.0145.4191	339040	138	-	11.013,20
16.72	FUNDO MUNICIPAL PARA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	08.244.0027.4125	339030	138	-	685.075,20
20.43	FUNDACAO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME	12.361.0135.3067	339039	138	-	1.021.000,00
20.43	FUNDACAO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME	12.361.0135.3067	339139	100	-	653.481,00
20.43	FUNDACAO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME	12.361.0135.4070	339030	205	-	568.750,00
20.43	FUNDACAO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME	12.368.0135.1393	339032	138	-	100.000,00
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.301.0133.4047	339030	207	-	190.000,00
41.41	FUNDACAO DE ARTE DE NITEROI - FAN	13.391.0136.4101	339036	202	-	500.000,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO				502	-	173.478,24
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS					5.552.088,72	5.552.088,72

**NOTA:**

**FONTE 100 – ORDINÁRIOS PROVENIENTES DE IMPOSTOS**

**FONTE 138 – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO E**

**PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS**

**FONTE 202 – RECURSOS DE CONVÊNIOS**

**FONTE 205 – CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO**

**FONTE 207 – RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

**FONTE 502 – SUPERÁVIT FINANCEIRO CONVÊNIO**

**DECRETO Nº 13.999/2021**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 3565/2020, de 30 de dezembro de 2020.

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 5.997.240,69 (cinco milhões, novecentos e noventa e sete mil, duzentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso I, do § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 22 de abril de 2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 22 DE ABRIL DE 2021.**

**AXEL GRAEL- PREFEITO**

**ANEXO AO DECRETO Nº 13.999/2021**
**CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

ÓRGÃO/UNIDADE		PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
01.01	CÂMARA MUNICIPAL DE NITEROI	01.122.0145.2001	319011	500	4.198.228,78	-
01.01	CÂMARA MUNICIPAL DE NITEROI	01.122.0145.2001	339039	500	1.799.240,91	-
SUPERÁVIT				500	-	5.997.469,69
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS					5.997.469,69	5.997.469,69

**NOTA:**

**FONTE 500 – SUPERÁVIT DE ORDINÁRIOS PROVENIENTES DE IMPOSTOS**

**DECRETO Nº 14.000/2021**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI**, com fundamento no art. 230, inciso II, letra 'b' da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica declarado de utilidade pública, de acordo com os artigos 2º e 6º, combinados com o artigo 5º, letra "i", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, e Decreto Municipal nº 13.254/2019 que institui o Programa de Regularização Fundiária Urbana, na modalidade Reurb-S, nas áreas de São José e Igrejinha, situadas no Bairro Caramujo, para efeito de desapropriação, em composição amigável ou processo judicial, por conta e a favor do Município de Niterói, o imóveis a seguir descritos, conforme respectivos processos administrativos:

1) **Imóvel BQ 16** - Processo Administrativo nº 180000051/2019 – Situado à Rua São Jerônimo, nº 63 – Bairro Caramujo;

2) **Imóvel SJ 02** – Processo Administrativo nº 180000052/2019 – Situado à Rua São José, nº 297, Bairro Fonseca;

3) **Imóvel TQ 10** – Processo Administrativo nº 180000071/2019 – Situado à Rua São José, nº 340, Bairro Caramujo;

4) **Imóvel TQ 06 A** - Processo Administrativo nº 180000067/2019 – Situado à Rua São José, Beco 340 – Travessa Moura Jardim – Térreo, Bairro Fonseca;

5) **Imóvel TQ 06 B** - Processo Administrativo nº 180000070/2019 – Situado à Rua São José, Beco 340 – Travessa Moura Jardim – Altos, Bairro Fonseca;

**Art. 2º** - A desapropriação constante deste Decreto far-se-á pelo preço apurado no laudo de avaliação especialmente elaborado para essa finalidade, conforme processos administrativos.

**Art. 3º** - Os imóveis objetos da presente desapropriação apresentam risco geológico não mitigável, risco geotécnico e/ou destinam-se a implantação de obras de urbanização.

**Art. 4º** - Os agentes públicos municipais ficam autorizados a penetrar nos imóveis objeto da presente declaração de utilidade pública, para realização de medições e avaliações, nos termos do artigo 7º, do Decreto Lei 3365/41.

**Parágrafo Único** – Com a mais estrita polidez e urbanidade, e sem excessos a qualquer título, os agentes municipais solicitarão autorização dos possuidores para realização dos levantamentos necessários, e somente em caso de resistência do particular em permitir a realização desses levantamentos deverá ser solicitado auxílio de força policial.

**Art. 5º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 22 DE ABRIL DE 2021.**

**AXEL GRAEL- PREFEITO**

**Portaria**

**Port. 1791/2021** - Demitir, de acordo com artigo 207, inciso XI, da Lei nº 531, de 18 de janeiro de 1985, **VALEIRA DA SILVA ROSA**, matrícula nº 1.237.832-1, do cargo de CUIDADOR SOCIAL, nível 5, do Quadro Permanente, tendo em vista o que ficou apurado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pelo proc. Nº 020000851/2019.

**Corrigenda**

Nas Portarias nº 1281 e 1282/21, publicadas em 10/02/2021, onde se lê: da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão, leia-se: Gabinete do Prefeito.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**ERRATA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011 /2021**

A Comissão de Pregão da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Niterói, comunica aos interessados que foram retificados os seguintes pontos:

**No Edital nº 011/2021 – Subitem 18.1**

**Onde se lê:** “18.1 O prazo de entrega dos itens descritos no Anexo I – Termo de Referência do Objeto, será de até 10 dias corridos, ....”

**Leia-se:** “18.1 O prazo de entrega dos itens descritos no Anexo I – Termo de Referência do Objeto, será de até 30 dias corridos, .....”

**No Termo de Referência - Item 9**

**Onde se lê:** “O fornecimento dos materiais será efetuado conforme termo de referência, em até 10 dias corridos, .....”

**Leia-se:** “O fornecimento dos materiais será efetuado conforme termo de referência, em até 30 dias corridos.....”

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA**

O Secretário de Obras e Infraestrutura torna público o **deferimento** da solicitação de serviços funerários nos autos dos processos administrativos deferidos em **ABRIL 2021**.

750000946/2020
750001128/2021
750001304/2021
750001305/2021
750011306/2021
750001310/2021
750001312/2021
750001369/2021
750001381/2021
750001382/2021
750001386/2021
750001392/2021
750001399/2021

O Secretário de Obras e Infraestrutura torna público o **indeferimento** da solicitação de serviços funerários nos autos dos processos administrativos indeferidos em **ABRIL 2021**.

750005191/2020

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA**  
**AVISO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021**

Defiro provimento à impugnação impetrada pela empresa **DISTRIBUIDORA PLAMAX EIRELI – CNPJ nº 07.918.483/0001-57**, para o Pregão Eletrônico nº 011/2021, com base no contido no parecer da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária.

**CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO****PORTARIA Nº 003/CGM/2021**

DISPÕE SOBRE O GUIA PARA IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS, BEM COMO AS FORMAS DE MITIGAÇÃO, NAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES.

A **CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 3.305, de 19 de julho de 2017, conforme disposto no art.3º, § 2º, combinadas com o Decreto Municipal nº 13.704/2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização das guias para identificação de riscos, bem como as formas de mitigação – GIRs, no âmbito do Município de Niterói, e delega competência à Controladoria Geral do Município – CGM – para editar e efetuar alterações porventura necessárias e,

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº 3.466, de 09 de janeiro de 2020, que Institui a Política de Promoção de Integridade e *Compliance* do Município de Niterói, para reduzir os riscos inerentes à gestão, provendo maior segurança e transparência em sua execução; aperfeiçoar a estrutura de governança pública, riscos e controles da Administração Pública municipal e fomentar a inovação e a adoção de boas práticas de gestão pública;

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 13.425/2019, que dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Poder Executivo do Município de Niterói para contribuir no fortalecimento da promoção de integridade e de *Compliance* no Município de Niterói;

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 13.369/2019, que cria as Unidades de Controle Interno Setorial – UCIS no âmbito do Município de Niterói; atribui como diretriz para sua atuação a mitigação dos riscos inerentes à gestão no art. 3º, inciso XII; bem como atribui a competência às UCIS para dar ciência imediata à CGM dos eventos de risco, nos termos do art. 5º, inciso X;

**CONSIDERANDO** a necessidade de fortalecimento do sistema de controle interno, por meio de aprimoramento dos instrumentos de mapeamento, controle e gestão de riscos, os quais atendem a todos os demais princípios insculpidos no art. 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil;

**RESOLVE:**

Art. 1º Instituir um guia para identificação de riscos, bem como as formas de mitigação, nas licitações e contratações realizadas pelo Poder Executivo do Município de Niterói.

**Parágrafo Único.** O Guia de Identificação de Riscos, através da identificação dos principais riscos e suas mitigações nas licitações e contratações, tem por objetivos:

I - apoiar a governança;

II - assegurar o alinhamento das licitações ao Planejamento Estratégico e às leis orçamentárias;

III - estimular a transparência organizacional;

IV - proteger e agregar valor à Gestão Pública;

V - fortalecer a *Accountability*;

VI - submeter as contratações públicas à práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo;

VII - aumentar a impessoalidade na tramitação de processos;

VIII - promover um ambiente íntegro e confiável;

IX - minimizar as demandas dos órgãos de fiscalização e controle externo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GUIA DE IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS EM LICITAÇÕES E CONTRATOS - GIR Nº 003****SUPORTE PARA AVALIAÇÃO E SUGESTÃO DE AÇÕES MITIGATÓRIAS****OBJETIVO DO GUIA:**

✓ Apoiar a Governança;
✓ Assegurar o alinhamento das licitações ao Planejamento Estratégico e às Leis Orçamentárias;
✓ Estimular a transparência organizacional;
✓ Proteger e agregar valor à Gestão Pública;
✓ Fortalecer a <i>Accountability</i> ;
✓ Submeter as contratações públicas a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo;
✓ Aumentar a impessoalidade na tramitação de processos;
✓ Promover um ambiente íntegro e confiável;
✓ Minimizar as demandas dos órgãos de fiscalização e controle externo.

ÓRGÃO(S) E ENTIDADES		OBJETO DE AVALIAÇÃO	RISCO	MITIGAÇÃO	
Linha de Gestão Operacional	Procedimento de Licitação	1.1 TRM	1.1.1 Instrução processual em desacordo com os parâmetros elencados no Termo de Referência Mínimo – TRM, em observância ao Decreto Municipal nº 13.269/2019.	Realizar o processo administrativo com toda a documentação elencada no TRM de Licitação.	
		Recomendações/ Determinações dos órgãos de controle externo, interno e jurídicos	1.2.1 Inobservância às eventuais determinações e/ou recomendações dos órgãos de controle externo (TCERJ e MPJ-RJ) e da CGM Internas relacionadas ao objeto da contratação, bem como aos pareceres da área jurídica.	Cumprir as determinações e/ou recomendações conforme o prazo e as exigências realizadas pelos órgãos de controle externo e da CGM Internas, inclusive no que se refere à Tomada de Conta, bem como as observações contidas nos pareceres emitidos pela área jurídica do órgão ou da entidade, ou justificar a divergência.	
		Demandas do cidadão	1.3.1 Não atendimento de forma efetiva e tempestiva das demandas dos cidadãos relacionadas aos procedimentos em tela, recebidas através dos canais de ouvidoria.	Atentar para as demandas realizadas pelo cidadão e cumprí-las de forma efetiva e tempestivamente, e ainda, adotar um conjunto de mecanismos de tolerância e controle para avaliar, direcionar e monitorar a questão relatada, com vistas a mitigar as provocações à Administração Pública.	
		Proprietário do risco	1.4.1 Não exercício, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, de sua responsabilidade como proprietário ou gestor dos riscos identificados neste GRR 003.	A autoridade máxima do órgão ou da entidade deve exercer efetivamente sua responsabilidade como proprietário ou gestor dos riscos identificados neste GRR 003, conforme estabelecido no art. 4º do Decreto Municipal nº 13.425/2019, atuando de modo a: i - assegurar que o risco seja gerenciado de acordo com a Política de Gestão de Riscos da Prefeitura Municipal de Niterói; - monitorar, em conjunto com as unidades de controle interno setorial, o risco ao longo do tempo, de modo a garantir que as respostas adotadas resultem na manutenção do risco em níveis adequados, de acordo com a Política de Gestão de Riscos; e ii - garantir que as informações adequadas sobre o risco estejam disponíveis de forma transparente.	
		Planejamento/Estudos prévios/preliminares	1.5.1 Licitação sem planejamento e/ou sem estudos prévios/preliminares, em desacordo com o art. 6º, IX, da Lei nº 8.666/93.	Realizar o planejamento de todas as contratações conforme a disponibilidade de recursos e as prioridades do órgão/entidade. Realizar os estudos técnicos preliminares com nível de precisão adequado de modo a nortear o projeto básico e assegurar a viabilidade técnica da contratação, eventual impacto ambiental, a avaliação do custo da obra e serviços e a definição dos métodos e do prazo de execução.	
		Caracterização do objeto	1.6.1 Definição do objeto de forma insuficiente e sem identificação das reais necessidades da Administração, em desacordo com o art. 6º, X, e XI, da Lei nº 8.666/93. 1.6.2 Falta de indicação expressa informando se o objeto caracteriza obra ou serviço, conforme as definições previstas no art. 6º, I e II da Lei nº 8.666/93 (ou art. 6º, XI e XII, da Lei nº 14.133/2021).	Descrever o objeto de forma clara e precisa, contendo os quantitativos e o prazo de entrega/realização, possibilitando o atendimento integral das necessidades da Administração e evitando caracterização de requisitos desnecessários que possam restringir a competitividade e a participação dos licitantes. Elaborar o termo de referência ou projeto básico informando expressamente se o objeto a ser licitado caracteriza obra ou serviço, conforme as definições previstas na Lei nº 8.666/93.	
	Procedimento de Contratação	1.7 Projeto Básico	1.7.1 Elaboração do projeto básico ou termo de referência em desacordo com o art. 6º, IX, "a" a "t", Art. 12 e Art. 13, da Lei nº 8.666/93 (ou art. 6º, XXIII e XXV, da Lei nº 14.133/2021). 1.7.2 Ausência de informações no termo de referência, projeto básico e/ou edital acerca do critério de julgamento e adjudicação do objeto, nos termos do art. 4º, VI, e art. 42, § 1º, da Lei nº 8.666/93 (ou art. 29 da Lei nº 14.133/2021). 1.7.3 Contratação de empresa para elaboração do projeto básico por meio de modalidade "turnkey" e tipo de licitação "menor preço", em desacordo com o art. 13, § 1º, da Lei nº 8.666/93 (ou art. 6º, XVII, XXXIX, e art. 29 da Lei nº 14.133/2021).	Designar agente ou equipe que disponha de conhecimentos técnicos pertinentes e suficientes acerca do objeto da contratação, para elaboração do projeto básico ou termo de referência, possibilitando uma avaliação precisa do custo do contrato/serviço e da definição do prazo e métodos, com base nos estudos técnicos preliminares realizados pelo órgão. Elaborar o termo de referência, projeto básico ou edital contendo informações expressas sobre o critério de julgamento e adjudicação do objeto adotados (ex: menor preço, técnica e preço, melhor técnica, etc.). Realizar licitação na modalidade consórcio, preferencialmente, visto que se trata de serviço técnico especializado, nos termos da Lei nº 8.666/93.	
		Modalidade de licitação	1.8.1 Definição da modalidade de licitação em desacordo com o art. 22 da Lei nº 8.666/93 (ou art. 28 da Lei nº 14.133/2021).	Escolher a modalidade licitatória de acordo com o valor do objeto, nos termos da Lei nº 8.666/93 ou da natureza do objeto (bens e serviços comuns), nos termos da Lei nº 10.520/2002.	
		Pregão	1.9.1 Utilização do prego eletrônico sem apresentação de justificativa, conforme o art. 23, I, do Decreto Municipal nº 213.628-5/2020 e Adendo TCU 2.174/2012-Plenário (11.197/2011-2ª Câmara).	Apresentar justificativa detalhada quando for inviável a utilização de prego eletrônico, contendo informações sobre a adoção de meios para a utilização de prego eletrônico nas próximas licitações.	
		Parcelamento do objeto	1.10.1 Ausência de parcelamento do objeto, ainda que não haja viabilidade técnica e econômica, em desacordo com o art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/93 e da Súmula nº 217 do TCU.	Realizar a divisão do objeto em partes, itens, parcelas e etapas, sempre que houver viabilidade técnica e econômica, de modo que cada parcela corresponda a uma licitação isolada, com vistas à simplificação da complexidade.	
ÓRGÃO(S) E ENTIDADES	Procedimento de Licitação	1.11 Parcelamento de despesas	1.11.1 Parcelamento das despesas, em desacordo com o art. 23, § 1º e § 2º da Lei nº 8.666/93.	Realizar um plano anual de contratações a fim de efetuar o planejamento das contratações do órgão com previsão da totalidade dos recursos a serem gastos no decorrer do exercício financeiro. Devem-se tratar de objetos da mesma natureza, é obrigatório efetuar o somatório dos valores que serão gastos durante todo exercício financeiro com aquele objeto, sendo vedada a utilização de modalidade de licitação inferior à recomendada caso a Administração possa licitar a totalidade do objeto ou realizar a contratação direta nas hipóteses permitidas pela lei.	
		Registro de Preços	1.12.1 Utilização do Sistema de Registro de Preços em hipótese não prevista no art. 2º do Decreto Municipal nº 10.200/2006.	Verificar se a contratação se enquadra em alguma das hipóteses do art. 2º do Decreto Municipal nº 10.200/2006, bem como se os quantitativos mínimos e relativos foram informados. Em caso negativo, o SRP não deverá ser utilizado.	
		Publicação do edital	1.13.1 Publicação do edital sem observância do art. 21, I, II e III e § 2º do art. 4º, V, da Lei nº 10.520/2002 (ou art. 55 da Lei nº 14.133/2021).	Verificar o prazo e as condições estabelecidas na Lei nº 8.666/93, de acordo com a modalidade licitatória e o critério de julgamento escolhido.	
		Procedimento de Contratação	2.1 TRM	2.1.1 Instrução processual em desacordo com os parâmetros elencados no Termo de Referência Mínimo – TRM, em observância ao Decreto Municipal nº 13.269/2019.	Realizar o processo administrativo com toda a documentação elencada no TRM de Contratação.
			Recomendações/Determinações dos órgãos de controle externo, interno e jurídicos	2.2.1 Inobservância às eventuais determinações e/ou recomendações dos órgãos de controle externo (TCERJ e MPJ-RJ) e da CGM Internas relacionadas ao objeto da contratação, bem como aos pareceres da área jurídica.	Cumprir as determinações e/ou recomendações conforme o prazo e as exigências realizadas pelos órgãos de controle externo e da CGM Internas, inclusive no que se refere à Tomada de Conta, bem como as observações contidas nos pareceres emitidos pela área jurídica do órgão ou da entidade, ou justificar a divergência.
Demandas do cidadão	2.3.1 Não atendimento de forma efetiva e tempestiva das demandas dos cidadãos relacionadas aos procedimentos em tela, recebidas através dos canais de ouvidoria.		Atentar para as demandas realizadas pelo cidadão e cumprí-las de forma efetiva e tempestivamente, e ainda, adotar um conjunto de mecanismos de tolerância e controle para avaliar, direcionar e monitorar a questão relatada, com vistas a mitigar as provocações à Administração Pública.		
Proprietário do risco	2.4.1 Não exercício, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, de sua responsabilidade como proprietário ou gestor dos riscos identificados neste GRR 003.		A autoridade máxima do órgão ou da entidade deve exercer efetivamente sua responsabilidade como proprietário ou gestor dos riscos identificados neste GRR 003, conforme estabelecido no art. 4º do Decreto Municipal nº 13.425/2019, atuando de modo a: i - assegurar que o risco seja gerenciado de acordo com a Política de Gestão de Riscos da Prefeitura Municipal de Niterói; - monitorar, em conjunto com as unidades de controle interno setorial, o risco ao longo do tempo, de modo a garantir que as respostas adotadas resultem na manutenção do risco em níveis adequados, de acordo com a Política de Gestão de Riscos; e ii - garantir que as informações adequadas sobre o risco estejam disponíveis de forma transparente.		
ÓRGÃO(S) E ENTIDADES	Procedimento de Contratação	2.5 Resgate	2.5.1 Ausência de cláusula contratual disposta expressamente sobre o resgate, nos termos do art. 52, III, da Lei nº 8.666/93 (ou art. 52, II, da Lei nº 14.133/2021) e do Enunciado nº 11 da PGM Interna nº 8.666/93.	Verificar se a minuta do contrato contém cláusula que disponha expressamente sobre a possibilidade de resgate, a definição da data-base (considerando a data de apresentação da proposta), a penalidade e o índice aplicável a cada caso, de modo a refletir a variação efetiva do mercado em relação ao objeto do contrato, em conformidade com as minutas-padrão disponibilizadas pela PGM Interna.	
		Prorrogação	2.6.1 Ausência de cláusula contratual disposta expressamente sobre a possibilidade de prorrogação do contrato, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.	Verificar se a minuta do contrato contém cláusula que disponha expressamente sobre a possibilidade de prorrogação do prazo de vigência.	
		Garantia	2.7.1 Ausência de cláusula contratual disposta expressamente sobre a exigência de garantia, nos termos do art. 58 § 1º e § 2º da Lei nº 8.666/93 (ou art. 52, XII, da Lei nº 14.133/2021).	Verificar se a minuta do contrato contém cláusula que disponha sobre a exigência de garantia, em modalidade a ser escolhida pelo contratado, dentro das previstas no art. 58 § 1º em referência definida pela Administração, no valor máximo de 5% do valor total do contrato, conforme disposto no § 2º do art. 58 da Lei nº 8.666/93.	
		Procedimento de Prorrogação	2.8 Pagamento e entrega do objeto	2.8.1 Cláusula contratual contendo informações genéricas sobre pagamento e prazo de entrega e/ou em desacordo com o termo de referência, cronograma físico-financeiro e/ou demais documentos contidos no processo administrativo.	Verificar se a minuta contratual contém disposições específicas sobre a forma e o prazo de entrega (se integral ou parcelado), em quantas parcelas, a frequência da entrega e o prazo de pagamento (se integral ou parcelado), em quantas parcelas, os valores mínimos ou de acordo com o prazo estipulado, de modo que a ordem dos estágios de execução da despesa seja coerente com o pagamento realizado, apenas após a regular liquidação de cada uma das etapas da prestação de serviço ou fornecimento e em montante correspondente ao que foi efetivamente entregue, nos termos do art. 62 da Lei nº 4.308/64.
			Prazo do contrato	2.9.1 Cláusula contratual que disponha sobre o prazo do contrato ultrapassando a vigência dos créditos orçamentários, em desacordo com o art. 67 da Lei nº 8.666/93 (art. 105 ao art. 114 da Lei nº 14.133/2021). 2.9.2 Cláusula contratual disposta que o prazo de vigência será contado a partir da assinatura do contrato.	Verificar se o prazo de vigência previsto na minuta do contrato possui vigência distinta aos créditos orçamentários, ou seja, D (um) ano. Verificar se a minuta do contrato contém cláusula disposta que o prazo de vigência terá início somente a partir da data de publicação do contrato.
ÓRGÃO(S) E ENTIDADES	Procedimento de Prorrogação	2.10 Instrumento contratual	2.10.1 Ausência de termo de contrato em caso de objeto cujo entrega não seja realizada de forma imediata e integral e de que resultem obrigações futuras. Inclusive assistência técnica, nos termos do art. 62, § 4º, da Lei nº 8.666/93 (ou art. 55, II, da Lei nº 14.133/2021).	Elaborar, obrigatoriamente, termo de contrato, nas seguintes hipóteses: I - Condição e Tomada de Preços; II - Dispensa e Inexatidão de Licitação cujo valor do objeto esteja compreendido nos limites da Condição e da Tomada de Preços; III - Contratos com entrega parcelada e recebimento não imediato, ou que resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.	
		Validade das propostas	2.11.1 Convocação do licitante vencedor para assinatura do contrato após o período de validade do contrato de entrega da proposta, contrariando dispositivos do art. 64 da Lei nº 8.666/93 (ou art. 50 da Lei nº 14.133/2021).	Realizar as atividades do órgão/entidade de modo que o contrato seja formalizado no prazo e condições do art. 64 da Lei nº 8.666/93 – art. 50 (sessenta dias) da data da entrega das propostas. Caso o prazo seja ultrapassado, não a critério do licitante vencedor aceitar o prego e as condições contidas na proposta.	
		TRM	3.1.1 Instrução processual em desacordo com os parâmetros elencados no Termo de Referência Mínimo – TRM, em observância ao Decreto Municipal nº 13.269/2019.	Realizar o processo administrativo com toda a documentação elencada no TRM de Prorrogação de Contrato.	
ÓRGÃO(S) E ENTIDADES	Procedimento de Prorrogação	3.2 Recomendações/Determinações dos órgãos de controle externo, interno e jurídicos	3.2.1 Inobservância às eventuais determinações e/ou recomendações dos órgãos de controle externo (TCERJ e MPJ-RJ) e da CGM Internas relacionadas ao objeto da contratação, bem como aos pareceres da área jurídica.	Cumprir as determinações e/ou recomendações conforme o prazo e as exigências realizadas pelos órgãos de controle externo e da CGM Internas, inclusive no que se refere à Tomada de Conta, bem como as observações contidas nos pareceres emitidos pela área jurídica do órgão ou da entidade, ou justificar a divergência.	
		Demandas do cidadão	3.3.1 Não atendimento de forma efetiva e tempestiva das demandas dos cidadãos relacionadas aos procedimentos em tela, recebidas através dos canais de ouvidoria.	Atentar para as demandas realizadas pelo cidadão e cumprí-las de forma efetiva e tempestivamente, e ainda, adotar um conjunto de mecanismos de tolerância e controle para avaliar, direcionar e monitorar a questão relatada, com vistas a mitigar as provocações à Administração Pública.	

ÓRGÃO E ENTIDADES	OBJETO DE AVALIAÇÃO	RISCO	MITIGAÇÃO		
PLANO DE GESTÃO OPERACIONAL	3. Procedimento de Prorrogação	3.4 Proprietário do risco	3.4.1 Não exercido, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, de sua responsabilidade como proprietário ou gestor dos riscos identificados neste GPR 023.	A autoridade máxima do órgão ou da entidade deve exercer efetivamente sua responsabilidade como proprietário ou gestor dos riscos identificados neste GPR 023, conforme estabelecido no art. 4º do Decreto Municipal nº 13.425/2019, atuando de modo a: - assegurar que o risco seja gerenciado de acordo com a Política de Gestão de Riscos da Prefeitura Municipal de Niterói; - monitorar, em conjunto com as unidades de controle interno setorial, o risco ao longo do tempo, de modo a garantir que as respostas adotadas resultem na manutenção do risco em níveis adequados, de acordo com a Política de Gestão de Riscos; e, iii - garantir que as informações adequadas sobre o risco estejam disponíveis de forma transparente.	
		3.5.1	Prorrogação de contrato sem previsão expressa acerca da possibilidade de prorrogação contratual em edital ou contrato, em desacordo com o art. 55, IV, da Lei nº 8.666/93 e do Enunciado nº 03 da PGJM Niterói (ou art. 52, VII, da Lei nº 14.133/2021).	Analisar o edital e/ou contrato com antecedência suficiente e tempo hábil a fim de verificar se há cláusula que disponha expressamente sobre a possibilidade de prorrogação do contrato ou se há necessidade de realização de novo procedimento licitatório.	
		3.5.2	Prazo total de vigência do contrato, considerando as prorrogações anteriores, ultrapassando os limites previstos no art. 57 da Lei nº 8.666/93 e do Enunciado nº 03 da PGJM Niterói (ou arts. 120-110, da Lei nº 14.133/2021).	Analisar o contrato, nos termos do Decreto Municipal nº 11.550/2019, com o auxílio de planilhas, com antecedência suficiente e tempo hábil a fim de verificar se o prazo total de vigência, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93, permite nova prorrogação ou se há necessidade de realização de novo procedimento licitatório.	
		3.5.3	Prorrogação do prazo de início das etapas de execução, conclusão e entrega do objeto, em caso de obras ou serviços, em hipóteses distintas daquelas previstas nos termos do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93 (ou art. 111 da Lei nº 14.133/2021).	Realizar planejamento prévio acerca das contratações de modo a definir o cronograma físico e financeiro em conformidade com a disponibilidade orçamentária, a fim de evitar paralisações excessivas e desnecessárias nos serviços devido à falta/insuficiência de recursos ou ausência de definição das necessidades do órgão/entidade, em caso de renúncia, apresentar novo cronograma.	
		3.5.4	Envio do processo administrativo cujo objeto é a prorrogação de contrato para análise da CGM Niterói em prazo inferior a 60 (sessenta) dias do seu término de vigência, nos termos da Portaria CGM nº 04/2019.	Acompanhar de forma efetiva a execução do contrato, nos termos do Decreto Municipal nº 11.550/2019, a fim de que o órgão/entidade tome conhecimento do término de vigência em tempo hábil a realizar os trâmites necessários para a renovação contratual, atendendo ao prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para encaminhamento à CGM Niterói.	
		3.5.5	Prorrogação de contrato com prazo de vigência expirado, em desacordo com o Enunciado nº 08 da PGJM Niterói.	Acompanhar de forma efetiva a execução do contrato, nos termos do Decreto Municipal nº 11.550/2019, a fim de que o órgão/entidade tome conhecimento do término de vigência em tempo hábil a realizar os trâmites necessários para renovação contratual ou para a realização de novo procedimento licitatório.	
		3.5.6	Ausência de informação expressa sobre a vigência do contrato ou divergência de informações acerca do prazo nos autos.	Elaborar planilha detalhada demonstrando as datas de vigência do contrato original e dos atos realizados de modo a diminuir eventuais dúvidas quanto ao prazo dos contratos e ativos.	
		3.5.7	Ausência de formalização de ativo de prorrogação de contrato de escopo cuja vigência irá expirar antes do cumprimento do objeto.	Analisar o contrato com antecedência e tempo hábil a fim de verificar se o objeto contratual será cumprido integralmente no prazo previsto em contrato. Caso não seja possível o cumprimento integral no prazo, este deverá ser prorrogado antes do término de vigência do contrato.	
ÓRGÃO E ENTIDADES	OBJETO DE AVALIAÇÃO	RISCO	MITIGAÇÃO		
PLANO DE GESTÃO OPERACIONAL	3. Procedimento de Prorrogação	3.6.1	Prorrogação de contrato com reajuste sem cláusula no contrato original prevendo expressamente a possibilidade do reajuste de valores, nos termos do art. 40, XI, da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.192/2001 e do Enunciado nº 11 da PGJM Niterói (ou art. 52, V e 135 da Lei nº 14.133/2021).	Analisar o contrato a fim de verificar se há cláusula contratual dispondo expressamente sobre a possibilidade de reajuste e o índice a ser aplicado. Somente se houver previsão, analisar o objeto a fim de verificar se é caso de reajuste em sentido estrito ou repactuação. Em caso de reajuste em sentido estrito, este poderá ser concedido, no prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de apresentação da proposta ou do cronograma a que esta se refere, consoante o art. 40, XI da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.192/2001. Em caso de repactuação, o termo inicial da contagem do reajuste deve corresponder à data do acordo, convenção ou dissenso coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta.	
		3.6.2	Prorrogação de contrato com reajuste com fundamento no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 (ou art. 124, da Lei nº 14.133/2021).	Analisar o contrato a fim de verificar se há cláusula contratual dispondo expressamente sobre a possibilidade de reajuste e o índice a ser aplicado, nos termos do art. 40, XI, da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.192/2001. O art. 65 da Lei nº 8.666/93 dispõe sobre as alterações qualitativas e quantitativas do objeto, as quais não devem ser confundidas com o reajuste.	
		3.6.3	Prorrogação de contrato sem reajuste quando cláusula contratual prevendo expressamente a possibilidade do reajuste de valores.	Verificar junto ao contratado se há interesse em reajustar o valor do objeto, visto que o reajuste não é automático, sendo necessário que o contratado manifeste sua intenção em reajustar o contrato no momento da prorrogação. A prorrogação contratual sem reajuste equivale a renúncia do contratado de seu direito, nos termos do Enunciado nº 11 da PGJM Niterói. O termo ativo deve conter informações sobre a aplicação ou não aplicação do reajuste de valores, bem como cláusula expressa em caso de renúncia do direito ao reajuste, de modo a evitar questionamentos futuros.	
		3.6.4	Prorrogação de contrato com reajuste de preço baseado em índice que não reflita a variação inflacionária do mercado.	Negociar com a contratada índice para reajuste de valores que reflita a efetiva variação inflacionária de mercado, ainda que outro índice esteja previsto em contrato, ou realizar novo procedimento licitatório.	
		3.7	Suspensão/Paralisação	3.7.1 Suspensão da execução do contrato por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento completo de indenizações pelas sucessivas e contratuamente imprevistas desmobilizações e mobilizações ativas previstas em desacordo com o art. 73, XIV da Lei nº 8.666/93 (ou art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021).	Realizar planejamento prévio acerca das contratações de modo a definir o cronograma físico e financeiro em conformidade com a disponibilidade orçamentária, a fim de evitar paralisações excessivas e desnecessárias nos serviços devido à falta/insuficiência de recursos ou ausência de definição das necessidades do órgão/entidade.
		3.8	Objeto do contrato	3.8.1 O objeto contratual não se enquadra no conceito de serviços contínuos tampouco nas hipóteses do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 (ou art. 107 da Lei nº 14.133/2021).	Analisar o edital e/ou contrato com antecedência suficiente e tempo hábil a fim de verificar se o objeto se enquadra no conceito de serviço contínuo, podendo ser prorrogado, ou se há necessidade de realização de novo procedimento licitatório.
		3.9	Pesquisa de preços	3.9.1 Ausência do mapa de cotação com análise de pesquisa realizada explicando o critério e metodologia adotada, nos termos do art. 11 do Decreto Municipal nº 12.917/17.	Elaborar mapa de cotação com análise dos valores cotados na pesquisa de preços, de acordo com as fontes consultadas, informando quais critérios foram levados em conta na definição da proposta mais vantajosa para a Administração, à luz do princípio da economicidade, nos termos do art. 11 do Decreto Municipal nº 12.917/2017.
		3.9.2	Ausência de cômputo do reajuste de valores no preço total do contrato ao efetuar a comparação com os preços cotados na pesquisa de preços, nos termos do Enunciado nº 09 da PGJM Niterói.	Verificar, em momento anterior à prorrogação do contrato, se o valor proposto pela contratada inclui o reajuste devido ou a projeção de seu pagamento. O reajuste deve ser somado ao valor proposto pelo contratado para fins de comparação com os valores cotados na pesquisa de preços e verificação das vantagens da renovação contratual.	
ÓRGÃO E ENTIDADES	OBJETO DE AVALIAÇÃO	RISCO	MITIGAÇÃO		
PLANO DE GESTÃO OPERACIONAL	3. Procedimento de Modificação	4.1 TRM	4.1.1 Instrução processual em desacordo com os parâmetros elencados no Termo de Referência Mínimo – TRM, em observância ao Decreto Municipal nº 13.265/2019.	Instaurar o processo administrativo com toda a documentação exigida no TRM de Modificação Contratual.	
		4.2 Recomendações/Determinações dos órgãos de controle interno e jurídicos	4.2.1 Inobservância às eventuais determinações e/ou recomendações dos órgãos de controle externo (TC/CPA e MP/CPJ) e da CGM Niterói relacionadas a modificação contratual, bem como aos pareceres da área jurídica.	Cumprir as determinações e/ou recomendações conforme o prazo e as exigências realizadas pelos órgãos de controle externo e da CGM Niterói. Inclui-se no que se refere à Tomada de Contas, bem como as observações contidas nos pareceres emitidos pela área jurídica do órgão ou da entidade, ou justificar a divergência.	
		4.3 Demandas do cidadão	4.3.1 Não atendimento de forma efetiva e tempestiva as demandas dos cidadãos relacionadas aos procedimentos em tela recebidas através dos canais de ouvidoria.	Alertar para as demandas realizadas pelo cidadão e cumpril-as efetiva e tempestivamente, e ainda, adotar um conjunto de mecanismos de hierarquia e controle para avaliar, monitorar e monitorar a questão relatada, com vistas à mitigar as provocações à Administração Pública.	
		4.4 Proprietário do risco	4.4.1 Não exercido, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, de sua responsabilidade como proprietário ou gestor dos riscos identificados neste GPR 023.	A autoridade máxima do órgão ou da entidade deve exercer efetivamente sua responsabilidade como proprietário ou gestor dos riscos identificados neste GPR 023, conforme estabelecido no art. 4º do Decreto Municipal nº 13.425/2019, atuando de modo a: i) - assegurar que o risco seja gerenciado de acordo com a Política de Gestão de Riscos da Prefeitura Municipal de Niterói; - monitorar, em conjunto com as unidades de controle interno setorial, o risco ao longo do tempo, de modo a garantir que as respostas adotadas resultem na manutenção do risco em níveis adequados, de acordo com a Política de Gestão de Riscos; e, ii - garantir que as informações adequadas sobre o risco estejam disponíveis de forma transparente.	
		4.5 Instrumento de formalização	4.5.1 Modificação contratual nas hipóteses do art. 65, § 6º, da Lei nº 8.666/93 por meio de aditavo (ou art. 124 da Lei nº 14.133/2021).	Cadastrar termo aditivo nos termos do art. 65, § 6º, da Lei nº 8.666/93, em conformidade com as instruções gerais da PGJM Niterói, da Lei nº 14.133/2021.	
		4.6	Prorrogação de contrato com prazo de vigência expirado, em desacordo com o Enunciado nº 08 da PGJM Niterói.	Acompanhar de forma efetiva a execução do contrato, nos termos do Decreto Municipal nº 11.550/2019, a fim de que o órgão/entidade tome conhecimento do término de vigência em tempo hábil a realizar os trâmites necessários para renovação contratual ou para a realização de novo procedimento licitatório.	
		4.7	Suspensão/Paralisação	4.7.1 Suspensão da execução do contrato por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento completo de indenizações pelas sucessivas e contratuamente imprevistas desmobilizações e mobilizações ativas previstas em desacordo com o art. 73, XIV da Lei nº 8.666/93 (ou art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021).	Realizar planejamento prévio acerca das contratações de modo a definir o cronograma físico e financeiro em conformidade com a disponibilidade orçamentária, a fim de evitar paralisações excessivas e desnecessárias nos serviços devido à falta/insuficiência de recursos ou ausência de definição das necessidades do órgão/entidade.
		4.8	Objeto do contrato	4.8.1 O objeto contratual não se enquadra no conceito de serviços contínuos tampouco nas hipóteses do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 (ou art. 107 da Lei nº 14.133/2021).	Analisar o edital e/ou contrato com antecedência suficiente e tempo hábil a fim de verificar se o objeto se enquadra no conceito de serviço contínuo, podendo ser prorrogado, ou se há necessidade de realização de novo procedimento licitatório.



ÓRGÃO E ENTIDADE	OBJETO DE AVALIAÇÃO	RISCO	MITIGAÇÃO
<b>PÚBLICA - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE</b> <b>Unidades de Controle Interno - UCI - Decreto Municipal nº 13.386/2019</b> <b>Assessoria Jurídica</b>	5.1 Atuação e monitoramento	5.1.1 Ausência de atuação e monitoramento das UCIs quanto à mitigação da ocorrência dos riscos de conformidade e economicidade, quanto a potenciais fornecedores, decorrentes do controle social e de determinações e/ou recomendações dos órgãos de controle externo (TCE-RJ e MP/RJ) e da CGM Niterói.	Executar a gestão dos riscos em seu âmbito de atuação; monitorar, controlar e propor mitigações, no que tange aos riscos evidenciados neste GRR 003; apresentar manifestação quanto ao controle dos riscos identificados no GRR 003, sendo permitida a participação de terceiros, quando for necessário assessoramento técnico, em observância ao art. 5º, VI, do Decreto nº 13.386/2019 e observar as determinações e/ou recomendações dos órgãos de controle externo (TCE-RJ e MP/RJ) e da CGM Niterói relacionadas ao objeto da licitação/contratação, bem como as pareceres da área jurídica.
	5.2 Avaliação da qualidade	5.2.1 Ausência de avaliação da qualidade das informações quanto à instrução processual, incluindo a documentação eletrônica como requisito mínimo constante no Termo de Requisitos Mínimos – TRM.	Avaliar a qualidade documental, verificando se o processo foi matizado com o TRM, bem como se os dados e as informações fornecidas pelo órgão/entidade estão fundamentadas em documentação hábil, lícita e que represente a realidade dos fatos ocorridos.
	5.3 Aspectos Jurídicos	5.3.1 Ausência de parecer jurídico ou elaboração de parecer em que sejam apontadas todas as questões relevantes da legislação e da jurisprudência pertinentes ao caso concreto.	Elaborar parecer jurídico abordando todas as questões relevantes da legislação e da jurisprudência pertinentes ao caso concreto.

ÓRGÃO E ENTIDADE	OBJETO DE AVALIAÇÃO	RISCO	MITIGAÇÃO
<b>PÚBLICA - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE - GOVERNANÇA</b> <b>SEPLUG</b> <b>Assessoria Jurídica e Controle Interno</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	6.1 Aspectos Jurídicos	6.1.1 Ausência de controle interno da legalidade dos atos do Poder Executivo e de demais atos interestaduais, municipais, inclusive os de natureza financeiro-orçamentária, pertinentes ao caso em análise, quando não houver assessoria jurídica na entidade da administração interna.	Realizar o controle interno da legalidade dos atos do Poder Executivo e de demais atos interestaduais, municipais, inclusive os de natureza financeiro-orçamentária, pertinentes ao caso em análise, quando não houver assessoria jurídica na entidade da administração interna, em observância ao art. 72, § 4º, da Lei Orgânica do Município de Niterói.
	6.2 Orientação - Escola de Governo e Gestão de Niterói (EGG)	6.2.1 Desconhecimento técnico dos servidores setoriais quanto às contratações e licitações, contratação e modificação de contrato.	Orientar e capacitar, por meio da EGG, quanto às normas gerais de licitações e contratações públicas. Focar-se quanto à identificação de riscos, conforme o ISO 31000:2009 e ISO 31002:2006, de modo a apoiar os servidores envolvidos diretamente na execução do objeto deste GRR 003.
	6.3 Orçamento	6.3.1 Previsão de aprovação de despesa sem recurso disponível para abertura crédito adicional.	Analisar o orçamento visando a adequação da despesa ao exercício financeiro, verificando se há recurso disponível para abertura de crédito adicional, em observância ao art. 43, § 1º da Lei nº 4.320/1964, ao art. 166, §6º, da CF/88 e ao art. 5º do Decreto-Lei nº 200/1967.
	6.4 Transparência	6.4.1 Ausência de publicação no Portal da Transparência de atos, contratos, licitações e demais atos administrativos, conforme estabelecem os instrumentos legais de transparência e acesso à informação.	Monitorar os atos publicados em Diário Oficial pelo órgão e em sites referentes às contratações e demais termos contratuais e realizar a publicação no Portal da Transparência do Município em observância ao art. 53º, da Lei nº 12.527/2011 e à Lei Municipal nº 3.054/2014.
	6.5 Sistema e Estrutura de Tecnologia da Informação	6.5.1 Aprovação de contratação sem aprovação do CETI conforme o Decreto nº 13.257/2019.	Verificar se todos os requisitos contidos no Decreto nº 13.257/2019 foram atendidos e se houve aprovação efetiva do CETI.
	6.5	6.5.2 Não liberação das solicitações de compra no sistema e, em tempo hábil, ou liberação destas sem que o processo tenha sido previamente analisado pela CGM Niterói ou pela CPFRG, nos casos previstos no Decreto Municipal nº 13.956/2021.	Liberar em tempo hábil as solicitações de compras manuseadas no sistema e-ocorre e observar a necessidade de análise prévia pela CGM Niterói e pela CPFRG, nos casos previstos no Decreto Municipal nº 13.956/2021.
	6.6 Consultoria	6.6.1 Não realização da análise prévia das despesas, em caráter de consultoria, para a identificação dos principais riscos de conformidade, de economicidade, quanto a potenciais fornecedores, decorrentes do controle social e de determinações e/ou recomendações dos órgãos de controle externo (TCE-RJ e MP/RJ) e da CGM Niterói relacionadas ao objeto da licitação/contratação, com o intuito de prevenir riscos fiscais e corrigir erros, que possam afetar o equilíbrio das contas públicas do Município.	Prestar consultoria ao órgão ou entidade quanto à existência dos riscos evidenciados neste GRR 003, em processos relacionados licitação, contratação, modificação e prorrogação de contratos, bem como, verificar, ao analisar previamente as despesas, se foram realizados controles preventivos por parte do órgão/entidade de forma a mitigar os riscos apontados identificados, nos termos do art. 6º do Decreto nº 13.956/2021.
	6.7 Deliberação da despesa	6.7.1 Aprovação de despesa em desacordo com a LC nº 101/2000 ou com as recomendações dos órgãos de controle, planejamento ou jurídico.	Zelar pelo atendimento das disposições previstas nas normas de execução orçamentária, bem como pelo acompanhamento dos parâmetros da Lei Complementar nº 101/2000 e observar as recomendações dos órgãos de controle, planejamento e jurídico.
	6.8 Procedimento de Pagamento	6.8.1 Inobservância à ordem cronológica de pagamento, em desacordo com os arts. 9º e 11º da Lei nº 8.068/1993, art. 14º da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal 13.251/2019.	Observar a ordem cronológica de pagamento e realizar os repasses financeiros para que as entidades possam efetuar o pagamento.

ÓRGÃO E ENTIDADE	OBJETO DE AVALIAÇÃO	RISCO	MITIGAÇÃO
<b>PÚBLICA - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE - GOVERNANÇA</b> <b>SEPLUG</b> <b>Assessoria Jurídica e Controle Interno</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	7.1 Suprimento e Contratação de Bens e Serviços	7.1.1 Ausência de mapeamento e Avaliação de Riscos.	Elaborar o mapeamento e avaliação dos riscos, considerando as técnicas de riscos previstas no art. 6º do Decreto nº 13.425/2019.
	7.2 Apoio ao Controle Externo	7.2.1 Não atendimento ou atendimento insatisfatório às demandas dos órgãos de controle externo (TCE-RJ e MP/RJ) relacionadas aos procedimentos constantes neste GRR 003.	Prestar atendimento e se necessário aos órgãos de controle externo (TCE-RJ e MP/RJ) relacionadas aos procedimentos constantes neste GRR 003.
	7.3 Ouvidoria	7.3.1 Ausência de comunicação ao órgão ou entidade responsável pelas demandas dos cidadãos relacionadas aos procedimentos constantes neste GRR 003, ou ausência de monitoramento e retorno ao cidadão.	Comunicar tempestivamente ao órgão ou entidade responsável as demandas dos cidadãos relacionadas aos procedimentos constantes neste GRR 003, monitorar seu cumprimento e realizar o retorno ao cidadão.
	7.4 Integridade	7.4.1 Ausência ou inexistência de conjunto de instrumentos de procedimentos internos de prevenção, detecção e correção de práticas de corrupção, fraudes, subornos, irregularidades e demais atos de conduta.	Elaborar e manter em vigor um plano de integridade, monitorar e avaliar a eficácia da implementação e observar os planos de Plano de Integridade, conforme estabelecido nos arts. 5º e 6º do Decreto nº 13.877/2021.
	7.5 Produto(s) e/ou serviço(s) contratado(s)	7.5.1 Objeto do contrato entregue em desacordo com o que foi pactuado (prazo, quantidade, local, características específicas, dentre outros) ou em condição degradada.	Monitorar, previamente publicados, as condições do objeto recebido visando como critério aqueles apontados em contrato e análise, e verificar se as condições previstas constam em suas normas de mercado.
	7.6 Efetividade da contratação	7.6.1 O objeto adquirido não atendeu ao impacto social previsto originalmente.	Avaliar, de acordo com a matriz de planejamento e o plano de auditoria, previamente publicados, e verificar se o propósito da contratação foi efetivamente atingido, considerando, especialmente, as demandas oriundas dos canais de ouvidoria.
	7.7 GRR 003 - Licitação e Contratos	7.7.1 Inefetividade ou não implementação das mitigações propostas no GRR 003.	Prestar, de acordo com a matriz de planejamento e plano de auditoria, previamente publicados, de forma objetiva, se os riscos identificados neste GRR 003 foram gerenciados adequadamente e se as operações mitigatórias foram efetivas.
	7.8 Fundamentos para Tomada de Contas	7.8.1 Ausência de monitoramento ou investigação de fatos de Contas pelos órgãos/entidades ou não instauração desta quando compete à CGM, observando os prazos estabelecidos na Deliberação nº 279/2017.	Monitorar os órgãos/entidades que se uniram ou vierem se instaurar a Tomada de Contas quando forem comunicados pelo TCE-RJ, e analisar a instauração de medidas a Tomada de Contas quando pareceres pela CGM os eventos previstos na Deliberação nº 279/2017.
	7.9 Documentação constante de Anexos da Deliberação TCE-RJ nº 279/17	7.9.1 Ausência de certificação da Tomada de Contas por parte desta CGM.	Analisar os documentos autuados pelo órgão/entidade responsável ao processo administrativo, bem como o Relatório produzido pela Comissão de Tomada de Contas para emissão de Relatório e Certificação de Auditoria.
	7.10 Atuação administrativa em Deliberação TCE-RJ nº 279/17	7.10.1 Ausência de monitoramento quanto ao encaminhamento de Tomada de Contas quando de sua conclusão para o TCE-RJ.	Monitorar o encaminhamento do encaminhamento ou prazo expirado para o desenvolvimento da Tomada de Contas para envio do processo administrativo ao TCE-RJ.

## REFERÊNCIAS NORMATIVAS

Leis:	Decretos:	Decreto-Lei:	Deliberações:
Lei Orgânica do Município de Niterói	Decreto Municipal nº 10.005/2008	Decreto-Lei nº 200/1967	Deliberação TCE-RJ nº 279/2017
LC Estadual nº 63/1990	Decreto Municipal nº 11.950/2015		Deliberação TCE-RJ nº 281/2017
LC nº 101/2000	Decreto Municipal nº 13.269/2019		Deliberação TCE-RJ nº 312/2020
Lei nº 14.133/2021	Decreto Municipal nº 12.517/2017		
Lei nº 4.320/1964	Decreto Municipal nº 13.257/2019		
Lei nº 8.068/1993	Decreto Municipal nº 13.425/2019		
Lei nº 10.162/2001	Decreto Municipal nº 13.386/2019		
Lei nº 10.520/2002	Decreto Municipal nº 13.251/2019		
	Decreto Municipal nº 13.956/2021		

## FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE VICE-PRESIDÊNCIA DE ATENÇÃO COLETIVA, AMBULATORIAL E DA FAMÍLIA Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses

O Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses no uso de suas atribuições legais e tendo a Delegação de competência das ações de Vigilância Sanitária conferidas pela Lei 2564/08 que dispõe sobre o código Sanitário do Município de Niterói, resolve conceder:

**PUBLICAÇÃO: Revalidação 5 - CI 08 – 07/04/21.**

**Farmácia Espírito Santo Manipulação Ltda.** Estr. Francisco da Cruz Nunes 6266 loja 203 - Piratininga - Niterói RJ. Cnpj. N°Processo. 200008319/20. Atividade. **Farmácia com manipulação de produtos oficiais e magistrais Grupo I - manipulação de medicamentos a partir de insumos / matérias primas, inclusive de origem vegetal; Grupo V – manipulação de**

medicamentos homeopáticos; Grupo III – manipulação de substâncias sujeitas a controle especial segundo a RDC / Anvisa 67/07 e com comércio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente.

**Malta Emmerich Serviços Eireli – Me.** Alameda São Boa Ventura 57 - Fonseca - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002650/21. Atividade. **Veículo para transporte de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, cosméticos, correlatos, artigos de higiene, perfumes e saneantes domissanitários.**

**Rede Santa Drogaria Ltda.** Rua Desemb. Nestor Rodrigues Perlingeiro 261 loja 01 - Santa Barbara - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002764/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**B.C.C. Comercio e Serviços Eireli.** Rua General Castrioto 344 loja 04 - Barreto - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002615/21. Atividade. **Comercio varejista de produtos de higiene pessoal.**

**Wale Comercio e Serviço Eireli.** Rua General Castrioto 344 - Barreto - Niterói RJ.; Cnpj. N° Processo. 200002614/21. Atividade. **Comercio varejista de produtos de higiene e saneantes domissanitários.**

**Cejom Comercio e Serviços Ltda.** Alameda São Boa Ventura 540 / 312 - Fonseca - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002532/21. Atividade. **Comercio varejista de saneantes domissanitários.**

**Avenue Hochee Comercio Varejista de Produtos Ltda.** Rua Quinze de Novembro 4 loja 313 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002410/21. Atividade. **Comercio varejista de cosméticos, artigos de higiene e perfumaria.**

**José Luiz G. Moure Comercio de Aromatizantes.** Rua Quinze de Novembro 0 - Centro Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002293/21. Atividade. **Comercio varejista de cosméticos, artigos de higiene e produtos de perfumaria.**

**Mark Serviços e Distribuição de Equipamentos de Segurança e Produtos para a Saúde Eireli.** Rua Luiz Leopoldo F. Pinheiro 555 / 802 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002251/21. Atividade. **Distribuir, armazenar, expedir e importar correlatos produtos para a saúde e saneantes domissanitários.**

**Bluesynthes Comercio de Materiais Cirurgicos Ltda-Me.** Estr. Caetano Monteiro 4550 / 203 - Pendotiba - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002250/21. Atividade. **Armazenar, distribuir e expedir correlatos.**

**Global Dental Support Exportação e Importação Ltda.** Rua Gavião Peixoto 176 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200000361/21. Atividade. **Importar, armazenar, distribuir e expedir correlatos produtos para a saúde.**

**Surgical Comercio e Importação de Materiais Médicos Ltda.** Rua Luiz Leopoldo F. Pinheiro 555 / 1002 - m Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002249/21. Atividade. **Distribuir e expedir cosméticos, perfumes, produtos de higiene e saneantes domissanitários.**

**Disprocor Brasil Distribuidora e Importadora de Produtos Médicos Ltda.,** Rua Luiz Leopoldo F. Pinheiro 555 / 1004 Centro Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002248/21. Atividade. **Armazenar, distribuir e expedir medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial pela port. SVS/MS N° 344/98. Armazenar, expedir e importar correlatos, produtos de higiene, cosméticos e saneantes domissanitários.**

**Pharos Hospitalar Eireli.** Estr. Caetano Monteiro 2601 205 Pendotiba Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002247/21. Atividade. **Armazenar, distribuir e expedir correlatos.**

**Vertex Cosméticos Ltda-Me.** Rua Alm. Teffé 618 loja 02 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002225/21. Atividade. **Comercio varejista de cosméticos, perfumes e produtos de higiene.**

**W J Mosa Comercio de Roupas e Acessórios Ltda.** Rua Alm. Teffé 596 / 598 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002181/21. Atividade. **Comercio varejista de cosméticos, produtos m de perfumaria e higiene pessoal.**

**W O G Comercio de Roupas e Acessórios Eireli.** Av. Visc. do Rio Branco 327 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002050/21. Atividade. **Comercio varejista de cosméticos.**

**Drogaria Preço Popular de Piratininga Ltda.** Estr. Francisco da Cruz Nunes 5846 - Itaipú - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200001697/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, prestação de serviços farmacêuticos aplicação de medicamentos injetáveis, serviço de vacinação humana e com comércio de cosméticos, correlatos, artigos de higiene, perfumaria e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Drogarias Pacheco S/A.** Rua Paulo Alves 135 - Ingá - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 20000067/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, e com comércio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente, prestação de serviços farmacêuticos, aplicação de medicamentos injetáveis, aferição de pressão arterial, glicemia capilar e perfuração de lóbulo auricular para colocação de brincos, e serviço de vacinação humana.**

**Farmagenerico Itaipu Drogaria e Perfumaria Ltda.** Estr. Francisco da Cruz Nunes 8032 / 111 - Itaipú - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200010611/20. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos não sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Real Medicamentos Ltda-Me.** Visc. do Rio Branco 361 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003461/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial pela port. SVS/MS 344/98 e com comércio de cosméticos, correlatos, artigos de higiene e perfumaria e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Venancio Produtos Farmaceuticos Ltda.** Estr. Francisco da Cruz Nunes 249 - Itaipú - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003914/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial pela port. SVS/MS 344/98 e com comércio de cosméticos, correlatos, artigos de higiene e perfumaria, alimentos permitidos pela legislação vigente e prestação de serviços farmacêuticos, aplicação de medicamentos**

injetáveis, medidas de pressão arterial e glicemia capilar, assistência farmacêutica e colocação de brinços.

**Venacio Produtos Farmaceuticos Ltda.** Rua Gavião Peixoto 183 loja 101 - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003526/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial e retinoides de uso sistêmico e com comercio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Produtos Farmaceuticos Venancio Ltda.** Rua Dr. Paulo Cesar 2 / 18 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003487/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos sujeitos ao controle especial, prestação de serviços farmacêuticos, aplicação de medicamentos por via injetável, medida de glicemia capilar, assistência farmacêutica e colocação de brinços e com comercio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Venancio Produtos Farmaceuticos Ltda.** Rua da Conceição 79 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003421/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial e retinoides de uso sistêmico e com comercio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Venancio Produtos Farmaceuticos Ltda.** Visc. do Rio Branco 461 - Centro m - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003420/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial retinoides de uso sistêmico e com comercio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente; atenção farmacêutica, administração de medicamentos por via injetável, aferição dos parâmetros fisiológicos, pressão arterial e temperatura corporal e bioquímica glicemia capilar e perfuração de lóbulo auricular para colocação de brinços.**

**Venacio Produtos Farmaceuticos Ltda.** Rua Pereira da Silva 157 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003380/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, retinoides de uso sistêmico, e com comercio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Venacio Produtos Farmaceuticos Ltda.** Rua Moreira Cesar 254 / 103 / 104 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003373/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, retinoides de uso sistêmico, e com comercio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Drogaria Momenta Ltda Epp.** Av. Ewerto Xavier 391 loja 101 - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002672/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, sujeitos a controle especial e retinoides de uso sistêmico, e com comercio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Drogaria K207 Ltda.** Av. Amaral Peixoto 207 / 106 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002591/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial e com comercio de cosméticos, correlatos, produtos de higiene e perfumaria e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Drogaria On Line Ltda -Epp.** Estr. Francisco da Cruz Nunes 5140 - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002589/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial e com comercio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Drogaria Grande Santa Rosa Ltda.** Rua Santa Rosa m 7 - Santa Rosa - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 2000000222/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial e retinoides de uso sistêmico, prestação de serviços farmacêuticos aplicação de medicamentos injetáveis, medidas de temperaturammcorporal, glicemias capilar e pressão arterial, colocação de brinços e aferição farmacêutica, comercio de cosméticos correlatos, artigos de higiene perfumes e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Biodina Instrumentos Científicos Ltda.** Rua São Pedro 154 / 409 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200010353/20. Atividade. **Importar Correlatos**

**Niterói Piscinas Produtos e Acessórios Ltda.** Rua Mariz e Barros 323 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003478/21. Atividade. **Comercio varejista de saneantes domissanitários.**

**Techbio Comercio e Serviços de Equipamentos Biomedicos Ltda-Me.** Rua Lopes Trovão 448 / 303 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003442/21. Atividade. **Distribuir, armazenar e expedir correlatos.**

**Vector Control Comercial Ltda.** Rui Barbosa 247 loja 05 - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003235/21. Atividade. **Armazenar, distribuir e expedir medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial pela port. SVS/MS 344/98 e armazenar distribuir e expedir correlatos.**

**Operandir Comercio de Material Hospitalar Ltda.** Rua Visc. do Uruguai 64 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003224/21. Atividade. **Armazenar, distriuir, expedir, importar correlatos.**

**Operandir Comercio de Material Hospitalar Ltda.** Rua Visc. do Uruguai 64 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003222/21. Atividade. **Veiculo para transporte de correlatos.**

**Operandir Comercio de Material Hospitalar Ltda.** Rua Visc. do Uruguai 64 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003221/21. Atividade. **Veiculo para transporte de correlatos.**

**Operandir Comercio de Material Hospitalar Ltda.** Rua Visc. do Uruguai 64 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003218/21. Atividade. **Veiculo para transporte de correlatos.**

**Operandir Comercio de Material Hospitalar Ltda.** Rua Visc. do Uruguai 64 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003216/21. Atividade. **Veiculo para transporte de correlatos.**

**Operandir Comercio de Material Hospitalar Ltda.** Rua Visc. do Uruguai 64 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003215/21. Atividade. **Armazenar, distribuir, expedir, importar e transportar correlatos.**

**Santa Marinha Farmacias Ltda.,** Rua Marques do Paraná 191 / 193 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003028/21. Atividade. **Farmacia com**



dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial e com comercio de cosméticos, correlatos, artigos de higiene, perfumes e alimentos permitidos pela legislação vigente.

**Cosmica Farmacia de Manipulação Ltda Epp.** Rua da Conceição 188 / 238 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002999/21. Atividade. **Farmacia com manipulação officinais e magistrais Grupo I – manipulação de medicamentos a partir de insumos/matérias – primas inclusive de origem vegetal, segundo a RDC Anvisa 67/07 e com comercio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos, plantas medicinais e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**VGR Medical Distribuidora e Importadora de Produtos Médicos Ltda.** Rua Luiz Leopoldo F. Pinheiro 555 / 1008 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002898/21. Atividade. **Armazenar, distribuir e expedir medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, cosméticos produtos de higiene, perfumes e saneantes domissanitários. Armazenar, distribuir e importar correlatos e produtos para a saúde.**

**Drogaria Ingá Ltda-Me.** Rua Dr. Nilo Peçanha 76 loja 04 - Ingá - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002836/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial com retinóides de uso sistêmico, e com comercio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Drogaria Executiva Ltda-Epp.** Rua Moreira Cesar 296 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002676/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial pela port. 344/98, prestação de serviços farmacêuticos, aplicação de medicamentos injetáveis medidas de glicemia capilar e pressão arterial, colocação de brincos e com comercio de cosméticos, correlatos artigos de higiene, perfumes e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Drogaria Rainha de Niterói Ltda.** Rua Gal. Castrioto 26 - Barreto - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200001692/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial e com comercio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Shell Life Material Hospitalar Ltda-Epp.** Rua Quinze de Novembro 90 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002644/21. Atividade. **Armazenar, expedir e importar correlatos.**

**Farmacia TR Ltda.** Alameda São Boa Ventura 277 loja 05 - Fonseca - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200001490/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, e com comercio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**D N Perfumaria Ltda.** Av. Rui Barbosa 112 loja 2 - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200000931/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive os de controle especial retinóicos de uso sistêmico, e com comercio de cosméticos, perfumes produtos de higiene, mcorrelatos e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Drogaria Previlège Ltda Epp.** Rua Santa Rosa 194 - Santra Rosa - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002590/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicam,entos, inclusive sujeitos a controle especialo e retinóides de uso sistêmico, prestação de serviços farmacêuticos; atenção farmacêutica, medidas de temperatura corporal, glicemia capilar e pressão arterial, colocação de brincos, aplicação de medicamentos injetáveis e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**R & L Perfumaria Ltda.** Pereira da Silva 146 loja 107 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200000819/21. Atividade. **Comercio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal.**

**R & L Perfumaria Ltda.** Rua Dr. Borman 43 loja 01 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200000817/21. Atividade. **Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.**

**R & L Perfumaria Ltda.** Rua Paulo Cesar 326 - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200000816/21. Atividade. **Comercio varejista de cosméticos, artigos de perfumaria e de higiene pessoal.**

**R & L Perfumaria Ltda-Epp.** Rua Tavares de Macedo 215 / 101 - Icaraí - Niterói RJ., Cnpj. N° Processo. 200000815/21. Atividade. **Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.**

**Drogaria J J Vellasco Ltda.** Rua Visc. de Itaboraí 196 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200000801/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, e com comercio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Drogaria Central de Icaraí 182 Ltda.** Rua Gavião Peixoto 182 / 109 - Icaraí - m Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002588/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial pela port. 344/98 e com comercio de cosméticos, correlatos, produtos de higiene e perfumaria e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Drogaria estrelas de Icaraí Ltda.** Rua Otavio Carneiro 100 / 102 Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002587/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial e retinóides de uso sistêmico e com comercio de cosméticos, correlatos, perfumes, produtos de higiene e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Drogaria Cardio-Nit Ltda Epp.** Rua Miguel de Frias 194 / 101 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200000224/21. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial e prestação de serviços farmacêuticos, aplicação de medicamentos injetáveis, medidas de glicemia capilar m e pressão arterial e colocação de brincos, e com comercio de cosméticos, correlatos, artigos de higiene, perfumes e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**ECDS Produtos Odontológicos Ltda.** Rua Luiz Leopoldo F. Pinheiro 551 / 1401 -0 Ce4ntro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200008950/20. Atividade. **Armazenar, distribuir expedir correlatos e saneantes domissanitários.**

**Drogaria Correia Comercio de Farmacia e Cosmeticos Ltda.** Rua Dr. Raul de Oliveira Rodrigues 1691 - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200007020/20. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a**

controle especial e com comercio de cosméticos, perfumes produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente.

**Planas Medical Serviços e Comercio Material e Equipamentos.** Rua da Conceição 188 / 1806 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200006475/20. Atividade. **Armazenar e distribuir, expedir correlatos produtos para a saúde.**

**AB Life Medical Distribuidora e Importadora de Produtos Médicos Ltda.** Luiz Leopoldo F. Pinheiro 555 / 604 - Centro - Niterói RJ. Cnpj.; N° Processo. 200002795/21. Atividade. **Armazenar, distribuir expedir e importar correlatos produtos para a saúde, cosméticos, produtos de higiene, perfumes e saneantes domissanitários.**

**Plus Med Distribuidora e Importadora de Produtos Médicos Ltda.** Rua Luiz Leopoldo F. Pinheiro 555 / 806 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002794/21. Atividade. **Armazenar, distribuir, expedir e importar correlatos.**

**Call Medical Distribuidora e Importadora de Produtos Médicos Ltda.** Rua Luiz Leopoldo F. Pinheiro 587 - Centro - Niterói RJ.; Cnpj. N° Processo. 200002797/21. Atividade. **Distribuir, armazenar, expedir e importar correlatos produtos para a saúde, cosméticos, produtos de higiene, perfumes e saneantes domissanitários.**

**Eco Medice Distribuidora de Produtos Médicos Ltda.** Rua Luiz Leopoldo F. Pinheiro 555 / 1005 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200003441/21. Atividade. **Importar, armazenar, distribuir e expedir correlatos.**

**MMC Comercio e Serviços Ltda.** Rua Luiz Leopoldo F. P-inheiro 555 / 605 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002458/21. Atividade. **Armazenar, distribuir, expedir e importar produtos para a saúde correlatos, cosméticos produtos de higiene, perfumes e saneantes domissanitários.**

**Farmacia Lopes & Ferreira Ltda-Me.** Rua Tavares de Macedo 117 / 104 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002586/21. Atividade. **Farmacia com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial e retinóides de uso sistêmico e com comercio de cosméticos, correlatos, perfumes, produtos de higiene e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

**Witmed Friends - Comercio de Material Medico Hospitalar Ltda-Me.** Trav. Alberto Vitor 8 loja 02 - Centro - Niterói RJ. Cnpj., N° Processo. 200002229/21. Atividade. **Comercio varejista de correlatos.**

**Malta Emmerich Serviços Eireli-Me.** Alameda São Boa Ventura 57 - Fonseca -m Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002670/21. Atividade. **Veiculo de transporte de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, correlatos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene e saneantes domissanitários.**

**Malta Emmerich Serviços Eireli-Me.** Alameda São Bioa Ventura 57 - Fonseca - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002671/21. Atividade. **Veiculo de transporte de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, correlatos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene e saneantes domissanitários.**

**Malta Emmerich Serviços Eireli Me.** Alameda São Boa Ventura 57 - Fonseca - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002673/21. Atividade. **Veiculo de transporte de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, correlatos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene e saneantes domissanitários.**

**Malta Emmerich Serviços Eireli-Me.** Alameda São Boa Ventura 57 - Fonseca - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002674/21. Atividade. **Veiculo de transporte de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, correlatos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene e saneantes domissanitários.**

**Malta Emmerich Serviços Eireli-Me.** Alameda São Boa Ventura 57 - Fonseca - Niterói RJ. Cnpj. N° Processo. 200002666/21. Atividade. **Veiculo de transporte de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, correlatos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene e saneantes domissanitários.**

O Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses no uso de suas atribuições legais e tendo a delegação de competência das ações de Vigilância Sanitária conferidas pela Lei 2564/08 que dispõe sobre o Código Sanitário do Município de Niterói, resolve conceder:

**PUBLICAÇÃO - CI 09 – 13 / 04 / 21.**

**Decisão dos Processos.**

**Isis Nogueira Bueno.** Deixou de receber o **Termo de Advertência, e o Informe N° 581, referente ao Auto de Infração N°02400 de 05 de junho 2018.**

**Di Magnus Artigos Oticos Ltda.** Deixou de receber o **Termo de Advertência, e o Informe N° 574 referente ao Auto de Infração N° 1366 de 06 de outubro 2016.**

**Arte Quimica Farmacia de Manipulação Ltda.** Deixou de receber o **Termo de Advertência, referente ao Auto de Infração N° 02766 de 01 de agosto 2019.**

**Hotel Niterói Ltda.** Deixou de receber o **Termo de Advertência, referente ao Auto de Infração N° 3617 de 26 de abril 2019.**

**Carlos Magno J. Meirelles.** Deixou de receber o **Termo de Advertência, e o Informe N° 553, referente ao Auto de Infração N° 2192 de 09 de dezembro 2015**

**Luam Cabeleleiro Unisex Ltda.** Deixou de receber o **Termo de Advertência, e o Informe N° 580, referente ao Auto de Infração N° 13225 de 05 de abril 2016.**

**R E L Serviços de Medicina do Trabalho Ltda.** Deixou de receber o **Termo de Advertencia, referente ao Auto de Infração N° 4869 de 28 de agosto 2018.**

**Juliana Torres Guimarães Campos Eireli.** Deixou de receber o **Termo de Advertência, referente ao Auto de Infração N° 1700 de 24 de outubro 2018.**

**Clinica de Reabilitação e Estetica Corporal Reviver Ltda Me.** Deixou de receber o **Termo de Advertência, referente ao Auto de Infração N° 0602 de 27 de fevereiro 2018.**

**Clinica de Reabilitação e Estetica Corporal Reviver Ltda.** Deixou de receber o **Termo de Advertência, referente ao Auto de Infração N° 0016 de 03 de dezembro 2018.**

**O Proprietario do Imovel.** Deixou de receber o **Termo de Advertência, referente ao Auto de Infração N° 13615 de 16 de outubro 2017.**

**Albacenter Medicina Diagnóstica e Clínica Odontológica Ltda.** Deixou de receber o **Termo de Advertência, referente ao Auto de Infração N° 4870 de 04 de setembro 2018.**

Nit Logística e Serviços Ltda. Deixou de receber o Termo de Advertência, referente ao Auto de Infração N° 2681 de 01 de agosto 2019.

Farmacia Ele e Ela Castro Ltda-Me. Deixou de receber o Termo de Advertência, referente ao Auto de Infração N° 2664 de 22 de outubro 2018.

Telio Domingos dos Santos. Deixou de receber o Termo de Advertência e o Informe N° 583, referente ao Auto de Infração N° 2974 de 04 de agosto 2016.

Karpinsk e Soares Bar e Restaurante Ltda. Deixou de receber o Termo de Advertência, referente ao Auto de Infração N° 1070 de 03 de dezembro 2019.

ICCP Instituto Cognitivo e Comportamental. Deixou de receber o Auto de Multa, referente ao Auto de Infração N° 12493 de 24 de abril 2019.

Carlos daq R. Cardoso Lanches. Deixou de receber o Auto de Multa, referente ao Auto de Infração N° 0511 de 23 de setembro 2019.

Crossfit 014 Ltda. Deixou de receber o Auto de Multa, referente ao Auto de Infração N° 0013 de 22 de outubro 2018.

Cbitler Comercio Eireli. Deixou de receber o Auto de Multa, referente ao Auto de Infração N° 0508 de 16 de setembro 2019.

Albacenter Medicina Diagnóstica e Clínica Odontológica Ltda. Deixou de receber o Auto de Multa, referente ao Auto de Infração N° 4880 de 10 de outubro 2018.

Mohamed Handi Aliemari. Deixou de receber o Auto de Multa, referente ao Auto de Infração 0683 de 07 de fevereiro 2019.

O L J Comercio Varejista de Produtos Oticos Ltda. Deixou de receber o Auto de Multa, referente ao Auto de Infração N° 0527 de 22 de maio 2019.

Salão de Cabeleireiros Esquadrão de Beleza Ltda. Deixou de receber o Auto de Multa, referente ao Auto de Infração N° 0470 de 03 de janeiro 2019.

Bar Porciuncula Ltda. Deixou de receber o Auto de Multa, referente ao Auto de Infração N° 0702 de 23 de outubro 2018.

Bar Porciuncula Ltda-Me. Deixou de receber o Auto de Multa, referente ao Auto de Infração N° 0701 de 23 de outubro 2018.

Nanci e Cia Ltda. Deixou de receber o Auto de Multa, referente ao Auto de Infração N° 2726 de 11 de fevereiro 2020.

Arte Química Farmácia de Manipulação. Deixou de receber o Auto de Multa, referente ao Auto de Infração N° 0084 de 26 de junho 2020.

Fernando Tomas Marinho Junior. Deixou de receber o Auto de Multa, referente ao Auto de Infração N° 1698 de 09 de outubro 2018.

O Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses no uso de suas atribuições legais e tendo a delegação de competência das ações de Vigilância Sanitária conferidas pela Lei 2564/08 que dispõe sobre o Código Sanitário do Município de Niterói, resolve conceder;

**Publicação:**

**CORRIGENDAS**

**PVAX Consultoria e Logística Ltda. onde se lê: Ficou decidido o Cancelamento do Auto de Infração N° 1559, referente ao processo N° 200015375/2019,**

**Leia-se: PVAX Consultoria e Logística Ltda. Deixou de receber o Auto de Multa N° 4634, referente ao processo N° 200015375/2019.**

**PVAX Consultoria e Logística Ltda. onde se lê: Ficou decidido o Cancelamento do Auto de Infração N° 1558, referente ao processo N° 200015372/2019.**

**Leia-se: PVAX Consultoria e Logística Ltda, Deixou de receber o Auto de Multa N° 4641 referente ao processo N° 200015372/2019.**

**Georgina da Silva Rodrigues. Aonde se lê: Ficou decidido o Cancelamento do Auto de Infração N° 1487, referente ao processo N° 200/30/7553/2013.**

**Leia-se: Georgina da Silva Rodrigues. Deixou de receber o Auto de Multa N° 5444, referente ao processo N° 200017334/2019.**

**Maria Cerqueira de Araujo. onde se lê: Ficou decidido o Cancelamento do Auto de Infração N° 4154, referente ao processo N° 130001237/2017.**

**Leia-se: Maria Cerqueira de Araujo. Deixou de Receber o Auto de Multa N° 5823, referente ao processo N° 200015931/2019.**

**Sycorax Serviços Ltda-Me. onde se lê: Ficou decidido o Cancelamento do Auto de Infração N° 12486, referente ao processo N° 200009467/2017.**

**Leia-se: Sycorax Serviços Ltda-Me. Deixou de Receber o Auto de Multa N° 5739, referente ao processo N° 200015581/2019.**

#### **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

##### **Atos do Presidente**

Aprovo as contas do Termo de Colaboração nº 018/2020, período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES DE AUDIÇÃO – APADA – Creche Comunitária Geraldo Cavalcanti de Albuquerque, Programa Criança na Creche.

##### **TERMO ADITIVO Nº 010/2021**

**Instrumento:** Termo Aditivo Nº 010/2021 ao Contrato Nº 012/2015. **Partes:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a IGREJA PRESBITERIANA DE NITERÓI. **Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a **renovação do Contrato nº 012/2015**, de locação do Imóvel, situado na Rua 15 de Novembro, 179, Centro, Niterói/RJ, para atender as crianças de 01 (uma) Unidade Municipal de Educação Infantil de Niterói, conforme solicitação do Departamento Administrativo/FME, às fls. 288, Processo Administrativo nº. 210/7719/2014. **Valor:** O valor total da presente renovação é de **R\$ 42.120,00** (quarenta e dois mil e cento e vinte reais), à conta do Programa de Trabalho Nº 20.43.12.365.0135.4066; Código de Despesa: 3.3.3.9.0.39.00.00.00; Fonte: 205; Nota de Empenho 000125/2021. Processo Administrativo 210/7719/2014. **Prazo:** A renovação prevista na cláusula primeira será de **9 (nove) meses**, a contar de **13/04/2021 até 13/12/2021**, Processo Administrativo 210/7719/2014. **Fundamento Legal:** art. 57, II da Lei 8.666/93. **Processo Administrativo:** 210/7719/2014. **Art. 2º:** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 13/04/2021.

**NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO- NELTUR**

**NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A - NELTUR**  
**C.N.P.J. Nº.F29.544.968/0001-07**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, e ao ensino do termo do exercício social e fiscal de 2020, a Diretoria da NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A apresenta o Relatório de Administração referente ao exercício social de 2020, o qual faz de forma sequente: a) Conclusão das obras de instalação de nova análise turística da cidade; b) Atualização das informações turísticas de todo o site do NELTUR em adequação ao funcionamento ou não dos atrativos durante a pandemia; c) Articulação para a adesão dos empreendimentos turísticos à rede de hotéis e restaurantes do município (turismocomerciantes.com.br); d) Promoção turística de Niterói no evento "ABAV COLLAS" realizado no mês de turismo; e) Apoio à entrega da restauração do Mercado Municipal de São Carlos; f) Realização do encontro de Carlos Antigos;

b) Realização do NetaLuz e do Apoio ao Cine Drive in Niterói

c) 31 de dezembro de 2020, PAULO ROBERTO VAREJÃO NOVAES

d) PAULO ROBERTO VAREJÃO NOVAES

e) MARCOS HENRIQUE MATTOZZO PONTES - Diretor de Administração

f) SYDNEY CASTRO GUIMARÃES FILHO - Diretor de Lazer; VAGDO - Diretor de Turismo

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2019 E 31/12/2020				DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS ANOS FIMOS EM 31/12/2019 E 31/12/2020							
ATIVO	31/12/2019	31/12/2020	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2020		31/12/2019	31/12/2020		31/12/2019	31/12/2020
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.631.430,37</b>	<b>1.150.783,15</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.566.201,50</b>	<b>3.370.286,93</b>	<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>28.469.717,31</b>	<b>30.277.122,38</b>			
Disponibilidades	1.631.430,37	1.150.783,15	Depósitos Bancários e Sociais	1.566.201,50	3.370.286,93	Receitas de Arrendamentos	22.400,00	22.400,00			
Bancos Conta	0,00	0,00	IRRF F & Recóher	39.337,28	40.443,15	Receitas Imobiliárias	23.040,00	1.080,00			
Aplicações Financeiras	1.098.211,46	158.973,48	Outras Contas a Receber	11.191,96	11.191,96	Receitas de Transferências	38.264.331,31	30.276.642,38			
Aplicações Financeiras	404.205,51	454.204,49	FGTS a Recóher	43.199,30	90.136,96	Outras Receitas Operacionais	0,00	0,00			
Contas a Receber	108.919,60	174.437,29	P&A a Recóher	22,32	8,15	<b>(DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>8.495,53</b>	<b>8.108,00</b>			
Contas a Receber	0,00	0,00	Outras Contas a Receber	37,54	37,54	Despesas e Contribuições Imponíveis sobre Receitas Próprias	8.495,53	8.108,00			
Estoque	30.003,67	37.336,74	Outros Tributos a Recóher	6.870,47	2.704,00	<b>= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>28.461.221,78</b>	<b>30.279.014,38</b>			
			Previdência Alimentar	1.867,00	4.461,14	<b>(CUSTO COM CONTRIBUIÇÕES TURÍSTICAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			
			Honorários a Pagar	36.607,00	4.299,42	Custo com Promoções Turísticas	0,00	0,00			
			Outras Contas a Pagar	59.917,71	71,00	<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>28.461.221,78</b>	<b>30.279.014,38</b>			
			Fornecedores a Pagar	1.000,00	10.157,99	<b>= DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>28.339.430,38</b>	<b>30.273.835,38</b>			
			Provedores Diversos	34.702,94	527.463,21	Despesas Administrativas	28.339.430,38	30.273.835,38			
			Convênios e Repasses	31.320,62	1.238.601,52	<b>(DESPESAS FINANÇAS LÍQUIDAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			
			Outras Contas a Pagar	58.127,56	6.950.450,17	Despesas Financeiras	11.059,33	75.008,00			
						(Receitas Financeiras)	44.991,87	6.950,00			
						<b>= RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO</b>	<b>85.478,55</b>	<b>85.478,55</b>			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>211.108,34</b>	<b>365.151,01</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>0,00</b>	<b>157.679,98</b>	<b>RESULTADO NA OPERAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>85.478,55</b>	<b>85.478,55</b>			
Imobilizado	211.108,34	365.151,01	Férias a Pagar	0,00	157.679,98	<b>= DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>28.339.430,38</b>	<b>30.273.835,38</b>			
Imobilizado	211.108,34	365.151,									

Imobilizado: 211.108,34 365.151,01

Imobilizado: 211.108,34 365.151,

Imobilizado	75.901,44	229.964,61	Depreciação e Amortização	90,00	90,00
Veículos	34.195,00	34.195,00	Depreciação e Amortização	90,00	90,00
Móveis e Utensílios	71.469,38	99.615,38			
Maquinas e Equipamentos	33.363,48	144.705,48			
Material de Informática	16.840,53	65.264,53			
Acumulações	(79.967,13)	(77.960,78)			

Imobilizado	75.901,44	229.964,61	Depreciação e Amortização	90,00	90,00
Veículos	34.195,00	34.195,00	Depreciação e Amortização	90,00	90,00
Móveis e Utensílios	71.469,38	99.615,38			
Maquinas e Equipamentos	33.363,48	144.705,48			
Material de Informática	16.840,53	65.264,53			
Acumulações	(79.967,13)	(77.960,78)			

Imobilizado	75.901,44	229.964,61	Depreciação e Amortização	90,00	90,00
Veículos	34.195,00	34.195,00	Depreciação e Amortização	90,00	90,00
Móveis e Utensílios	71.469,38	99.615,38			
Maquinas e Equipamentos	33.363,48	144.705,48			
Material de Informática	16.840,53	65.264,53			
Acumulações	(79.967,13)	(77.960,78)			

Imobilizado	75.901,44	229.964,61	Depreciação e Amortização	90,00	90,00
Veículos	34.195,00	34.195,00	Depreciação e Amortização	90,00	90,00
Móveis e Utensílios	71.469,38	99.615,38			
Maquinas e Equipamentos	33.363,48	144.705,48			
Material de Informática	16.840,53	65.264,53			
Acumulações	(79.967,13)	(77.960,78)			

Imobilizado	75.901,44	229.964,61	Depreciação e Amortização	90,00	90,00
Veículos	34.195,00	34.195,00	Depreciação e Amortização	90,00	90,00
Móveis e Utensílios	71.469,38	99.615,38			
Maquinas e Equipamentos	33.363,48	144.705,48			
Material de Informática	16.840,53	65.264,53			
Acumulações	(79.967,13)	(77.960,78)			

Imobilizado	75.901,44	229.964,61	Depreciação e Amortização	90,00	90,00
Veículos	34.195,00	34.195,00	Depreciação e Amortização	90,00	90,00
Móveis e Utensílios	71.469,38	99.615,38			
Maquinas e Equipamentos	33.363,48	144.705,48			
Material de Informática	16.840,53	65.264,53			
Acumulações	(79.967,13)	(77.960,78)			

Imobilizado	75.901,44	229.964,61	Depreciação e Amortização	90,00	90,00
Veículos	34.195,00	34.195,00	Depreciação e Amortização	90,00	90,00
Móveis e Utensílios	71.469,38	99.615,38			
Maquinas e Equipamentos	33.363,48	144.705,48			
Material de Informática	16.840,53	65.264,53			
Acumulações	(79.967,13)	(77.960,78)			

**EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA**

## ATOS DO PRESIDENTE

**PORT. Nº. 835/2021** – Dispensar a contar de **01/04/2021**, **EDUARDO LIMA MARQUES** da **FUNÇÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO – 9**.

**PORT. Nº. 836/2021** – Designar a contar de **08/04/2021**, **CARLA TAVARES GUIMARÃES** para exercer a **FUNÇÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO – 5**.

**PORT. Nº. 847/2021** – Designar a contar de **01/04/2021**, **RICARDO BARDETE MORAES** para exercer a **FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 8**.

**Presidente da Emusa.**

## SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL

Informamos a substituição dos fiscais **MARIO PAES LEME DA MOTTA (Mat. 2502)** e **EDSON CRUZ DE SILVA**, designados Fiscais para o Contrato nº. 110/2018, pelos Fiscais **ANA PAULA SIMÕES (Mat. 12286)** e **JOSÉ RICARDO LEIDA DE CARVALHO (Mat. 2302)**, ficam designado para a fiscalização das obras e/ou serviços de **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE QUALIFICAÇÃO, OTIMIZAÇÃO PREDIAL, OPERACIONAL E URBANAS**.

## DECLARAÇÃO AMBIENTAL

Conforme instruído na declaração **SMARHS nº. 02/2021 (Processo nº. 250000001/2021)**, datado de **19 de abril de 2021**, não cabe o licenciamento ambiental para as obras de **REVITALIZAÇÃO DE ESCADA DE ACESSO COM COLOCAÇÃO DE GUARDE CORPO DE PROTEÇÃO E COMPLEMENTAÇÕES AFINS E ESTRUTURAIS, LOCALIZADA A RUA JOÃO DALOSI, Nº 175 VITAL BRASIL, NITERÓI/RJ**. De acordo com o Código Ambiental do Município de Niterói, Lei nº. 2.602 de 14/10/2008 e publicada no D.O.R.J em 15/10/2008, Resoluções INEA nº. 52 e 53 de 2012 e Resolução CONEMA nº. 42 de 2012 e Decreto Estadual nº. 44.820 de 2014, a atividade é de impacto insignificante é dispensada de licenciamento.

**RAFAEL ROBERTSON OLIVEIRA FIGUEIREDO – Secretário de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade.**

**LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL PRÉVIA**

A Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – **EMUSA**, CNPJ: **32.104.465/0001-89**, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade – **SMARHS**, através do processo nº. **25000901/2020**, a Licença Ambiental Municipal Prévia **LAM-P Nº. 02/2021** com validade de **19 de abril de 2021 a 19 de abril de 2023**.